Diário da Sessão n.º 087 de 22/10/03

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Projecto de Decreto Legislativo Regional – "Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 4/99/A, de 21 de Janeiro, que estabelece o quadro de apoio a prestar pela Administração Pública Regional ao desenvolvimento de actividades no âmbito das actividades físicas e desportivas**, apresentado pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para apresentar este diploma.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos vários apoios ao desenvolvimento de actividades no âmbito das actividades físicas e desportivas, é aquele que respeita às deslocações.

Apurou-se que a Direcção Regional de Educação Física e Desportos não está a pagar integralmente o custo com os transportes aéreos utilizadas pelas comitivas das associações e clubes de futebol e outras modalidades desportivas, abrangidas pelos protocolos celebrados com base no Decreto Legislativo Regional n.º 4/99/A.

Quando no citado diploma o legislador se referiu a encargos com transportes, não pode ter pretendido excluir do apoio as taxas aeroportuárias, tanto mais que fazem parte integrante do custo da passagem, não sendo possível viajar ou sequer emitir o respectivo bilhete sem a inclusão daquelas taxas, porquanto nem sequer respeitam à prestação de um serviço público do qual seja possível prescindir. Aliás as referidas taxas não podem ser facturadas nem cobradas separadamente.

Acresce que, na discussão na Assembleia Legislativa Regional dos Açores

do projecto que deu origem ao DLR 4/99/A, foi o próprio Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais a, por mais de uma vez, se referir a, e cito o diário da Assembleia, "despesas com transportes", entendimento lato que não deveria permitir a interpretação restritiva que está a ser feita pela Direcção Regional da Educação Física e Desporto, confirmada em resposta a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Foi pois na sequência desse requerimento, e julgo oportuno chamar a atenção da ilustre Assembleia para o facto de que exactamente na resposta que o Governo enviou ao Grupo Parlamentar do Partido Popular nesta Assembleia, deixava de forma evidente que o Governo não fazia o pagamento da taxa de aeroporto, dado que a legislação aplicável não o permitia, deixando também antever que se porventura viesse a acorrer qualquer alteração nessa mesma legislação, aí sim o Governo teria que alterar a sua política no sentido de fazer o pagamento integral das passagens.

Por outro lado, a resposta ao requerimento chama a atenção para o facto, e de forma objectiva, dizendo que a Direcção Regional não fazia o pagamento das respectivas taxas e, portanto, assume que estava em falta esse pagamento.

É também nos próprios documentos oficiais da Secretaria e da Direcção Regional que se verifica que o governo regional tem consciência de que essa prática já não é nova e, portanto, tudo fazia crer que não haveria má vontade relativamente a esse pagamento, o que haveria, eventualmente, era uma dificuldade de enquadramento legal para que o mesmo ocorresse.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi neste pressuposto que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, ouvidas as associações interessadas na matéria, inclusivamente algumas

colectividades, que optou pela apresentação da presente iniciativa legislativa e isto naquela leitura simples, mas eficaz, de que para grandes males, grandes remédios.

Portanto, se o problema que impedia o pagamento integral das passagens e dos respectivos bilhetes residia numa questão legal em letra de lei, nada melhor do que proceder à sua alteração.

De resto, o próprio Governo lembrava, neste caso ao grupo Parlamentar do CDS/PP, que esta legislação tinha sido aprovada com os votos favoráveis, nomeadamente do PSD e do CDS/PP, citando a resposta governamental, o que também nos dava alguma autoridade moral para, se porventura a falha legislativa fosse devida à nossa imprudência ou à nossa pouca atenção ao votarmos aqui o diploma, nada melhor do que fazer a correcção.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses):* O meu coração está derretido!

O Orador: Já é um pequeno contributo e já me sinto satisfeito por estar a quebrar o gelo do coração do Sr. Secretário Regional da tutela.

Efectivamente temos que confessar que, numa situação de maioria absoluta, e a vida e a experiência já nos ensinou, as únicas iniciativas que já estão aprovadas antes de chegarem ao Parlamento são as iniciativas do partido que apoia o Governo. Está é que é uma verdade constatada.

As iniciativa da oposição, por muito mérito que tenham, correm sempre o risco de não só não sensibilizar o Grupo Parlamentar maioritário da Assembleia, mas pior do que isto seria não sensibilizar o Secretário Regional da tutela, porque a partir do momento que o Secretário Regional é insensível a uma iniciativa legislativa, corre-se o risco de essa insensibilidade do secretário se contaminar com o Grupo Parlamentar da maioria.

No caso em apreço, ontem ou anteontem, ficámos com a ideia de que esse fenómeno da contaminação poderia estar a ocorrer, na medida em que tivemos acesso a uma nota, decorrente de uma conferência de imprensa, da direcção Regional da Educação Física e Desporto em que se faz um conjunto de afirmações numa tentativa de antecipação e de anulação da decisão desta Assembleia o que, sob nosso ponto de vista, não nos parece que seja muito válido para a dignificação do nosso Parlamento, porque acho que, por excelência, deve ser nesta Casa que os argumentos devem ser expostos.

Seja como for, o Governo vai sendo useiro e veseiro nessa "arte" de antecipar, através de notas e conferência de imprensa, eventuais posições que tem relativamente a diplomas que são apreciados neste plenário, dizendo que paga a totalidade das despesas com deslocações de equipas açorianas.

É com pesar que nós constatamos aqui esses avanços e esses recuos e sobretudo alguns dias depois o Governo desdizer aquilo que tinha dito dias antes e vou citar aqui alguns exemplos:

Em sede da Comissão Parlamentar dos Assuntos Sociais o Sr. Secretário Regional confirma que, efectivamente, o Governo não paga as taxas de aeroporto e agora aqui, em título, vem que o governo paga a totalidade das despesas de deslocações de equipas. Tanto assim é que , em sede de Comissão, o próprio Sr. Secretário informa os parlamentares dos custos prováveis que acarretaria a adopção desta nova redacção do diploma, estimando que seria entre 300 e 390 mil euros os custos do pagamento desta taxa.

Então, Srs. Deputados, em que é que ficamos? O Governo paga ou não paga? É óbvio que o Governo não paga.

Portanto, quem falou verdade e com rigor foi o Sr. Secretário Regional perante os Srs. Deputados desta Assembleia, em sede de Comissão de Assuntos Sociais, mas já não falou verdade, nem falou com precisão, e permitam-me a expressão, nem falou com seriedade política quando, para os agentes da comunicação social, dá a entender que paga isto tudo, embora depois dizendo a verdade a seguir, porque as compensações nas outras transferências que são feitas para outras funções, para outros destinos, com outros objectivos para as colectividades, esse dinheiro até dá também para pagarem as taxas.

Portanto, julgo que, para além dessa confusão desnecessário e inútil que o Governo vem fazer, perante a opinião pública, através dos seus comunicados, revelando um nervosismo e uma perturbação injustificável, um frenesim em que um diz hoje e outro desdiz amanhã, quando a coisa é muito mais simples. Nada justifica isso.

A questão é a seguinte:

Os senhores querem ou não querem pagar as passagens na íntegra, tal como o espírito da lei. Se a letra da lei não dava, passaria a dar agora e isso é devido aos clubes e à colectividades.

Eu não vou misturar alhos com bugalhos. Eu não vou agora perguntar ao Sr. Secretário Regional quanto é que custou e qual é a posição do governo sobre, por exemplo, o despedimento do treinador Mota do Santa Clara. Qual é a posição do Governo? Quanto é que esse despedimento custou ao Governo? O senhor acha que é dinheiro bem empregue? Acha bem que ainda se esteja a pagar ao treinador anterior? Eu não venho fazer esse tipo de política para aqui

Os senhores em geral dão os dois milhões e tal de euros e depois de estar dado, está dado e depois a quem tira cresce-lhe uma giga e como não vejo

nenhum com isso é porque ainda não tiraram.

Portanto, no caso em apreço o que a lei diz é que os senhores devem dar para transportes, alojamento, refeições e não sei mais quê.

Não é bom argumento, Sr. Secretário e Srs. Deputados, vir-se dizer que "nós até nem controlamos as passagens, mas também sabemos que os clubes nem gastam em passagens a totalidade do dinheiro destinado a passagens e por isso não devem ter a taxa". Os clubes depois é que fazem essas manigâncias, ou seja, ...

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses):* Não é manigância, é o que é legal.

O Orador: ...os clubes em vez de deslocarem as comitivas que estão previstas na lei, deslocam menos um ou dois elementos, pagando menos uma ou duas passagens para poderem pagar a taxa. É esse sistema que os senhores fomentam e que, sob o nosso ponto de vista, não é o mais adequado.

A declaração em documentos oficiais de que não se controla passagens, que os clubes é que fazem isso e que até nem gastam a totalidade do dinheiro em passagens,...

Secretário Regional da Educação e Cultura *(álamo de Meneses):* Mas isso é legítimo.

O Orador: ... acho que só confunde a situação.

Por conseguinte, a iniciativa do CDS/PP é uma iniciativa tão simples,...

Secretário Regional da Educação e Cultura *(álamo de Meneses):* Uma iniciativa de 300 mil euros.

O Orador: ... bem mais simples do que outras com muito mais impacto social, felizmente para os açorianos, que ainda ontem foram aprovadas, por unanimidade, nesta Assembleia Legislativa Regional, que muito nos apraz,

mas que nos entristece, porque estão contra uma iniciativa tão modesta na sua génese e que se limita a dar voz àqueles que são os beneficiários desta política, que são as colectividades das diversas modalidades da nossa Região,

O próprio Governo Regional, na nota informativa e na conferência de imprensa que deu ontem atira à cara, permitam-me a expressão, das nossas colectividades que já recebem apoios para deslocações que ascendem a 2,5 milhões de euros.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* E é verdade.

O Orador: Então, se os apoios são dessa ordem, isto só vem revelar que o montante que falta cumprir respeitante à taxa de aeroporto é uma parte relativamente reduzida dessa dimensão.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do CDS/PP só lamenta que este assunto não tivesse sido tratado, como o foi na resposta ao requerimento do CDS/PP, que é uma resposta correctíssima por parte da Secretaria Regional da Educação, que corresponde a cada um dos pontos por nós apresentados e responde com transparência e com objectividade.

Nós registamos com muito agrado os depoimentos do Sr. Secretário na Comissão de Assuntos Sociais, aliás, o conteúdo do próprio relatório trata com todo o rigor e com toda a seriedade esta matéria, que foi um contributo válido, independentemente do sentido de voto de cada um.

Nós lamentamos que a 24 horas do debate não se trate este assunto com o mesmo rigor, a mesma seriedade, a mesma objectividade e a assunção das respectivas responsabilidades.

Se a maioria parlamentar não quer pagar na íntegra as passagens que são devidas e a emissão do respectivo bilhete que é devido às colectividades, diga que não quer...

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Já dissemos.

O Orador: ... e não atirem areia para os olhos dos interessados, para os olhos de opinião pública, que foi o que resultou claramente da conferência de imprensa.

O CDS/PP lamenta que ela tenha tido, sobretudo, a finalidade que teve, porque se fosse para esclarecer, é um direito e além disso é quase como uma obrigação, mas a finalidade que teve, essa é que é de lamentar.

Portanto, nós ainda aguardamos que haja uma reflexão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que nesse domínio contrarie as posições mais recentes da Secretaria Regional, porque acho que se o fizesse dava um bom contributo para a clarificação desta matéria.

Com a mesma abertura, queria também dizer que o próprio Sr. Secretário reconhece que pode haver necessidade de alterar este diploma, porque algumas destas coisas estão genericamente desactualizadas e algumas dessas matéria já foram aqui colocadas com muita frontalidade, através do meu colega Deputado Paulo Gusmão, nesta tribuna, e a respeito de critérios que não se compreendem e que são injusto, que põem modalidades contra modalidades, em que há uns que são filhos e outros enteados na nossa Região Autónoma dos Açores, em função da ilha onde surgem e onde praticam desporto. Isso já foi aqui denunciado claramente.

Estamos abertos na nossa actual modéstia parlamentar, mas que sabem que é empenhada e tenta ser coerente e responsável, para fazer correcções que sejam justificáveis e que, no fundo, venham corrigir.

Estamos de acordo com a posição do Sr. Secretário, mas também foi declarado em Comissão que a melhor altura para isso, seria quando saísse a lei de bases e fazer um trabalho definitivo neste capítulo.

O que nós pensamos é que agora era uma questão de repor uma justiça e

porque estávamos convencidos que o Governo tinha a boa intenção de pagar na íntegra, mas não pagava porque não estava autorizado a tal, apresentámos esta iniciativa que visa apenas alterar esse nº 4 do diploma.

Foi isso que nós bebemos da resposta ao requerimento que nos enviaram e que os senhores depois não honraram, permitam-me a expressão, o espírito da resposta que nos deram. Os senhores agora estão a roer um bocadinho a corda. Paciência!

Mas, aqui estamos para nos batermos por aquilo que nos parece que é correcto e acho que estamos do lado bom, do lado daqueles que trabalham nas colectividades, trabalham gratuitamente, porque isto visa sobretudo, não as esferas profissionais do desporto nos Açores, com todo o mérito, que têm tido sempre a compreensão por parte desta administração Regional, mas as esferas amadoras que são aquelas que, quer nas áreas de formação que são também negativamente atingidas por esta política, porque o Governo não paga as taxas não é só das equipas da III e da II Divisão, do Andebol e do Basquetebol, como também não paga das selecções de jovens e dos escalões de formação que também por aí andam.

Todos são penalizados por essa visão incorrecta do Governo e agora, se calhar, vamos ser penalizado por essa visão, permitam-me a expressão, que tem mais de teimosia do que propriamente de fundamento.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Não apoiado!

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Apoiado!

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído pelo Deputado Fernando Lopes)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta apresentada pelo CDS/PP de alteração do Decreto Legislativo Regional nº 4/99/A, de 21 de Janeiro, (que estabelece o quadro geral de apoio a prestar pela administração pública regional ao desenvolvimento de actividades no âmbito das actividades físicas e desportivas) não merece a nossa aprovação.

Atendendo que na actual legislação em vigor neste mesmo decreto legislativo regional, no seu artigo 4º no nº 2 (se refere somente as tarifas em vigor) no nº 3 (ai sim se inclui o pagamento das taxas), ou seja, este pagamento e efectuado pelos apoios complementares, fase a despesas com transportes, alojamento, alimentação e outras inerentes a participação no respectivo nível competitivo.

Nos apoios complementares onde se inclui o pagamento das taxas, verificamos actualmente o pagamento unitário de 63,91 euros, sendo este valor multiplicado pelos elementos da comitiva e por dias previstos nas deslocações, acrescido de 50% se os clubes estiverem a participar no último nível competitivo, 75% no nível intermédio e 100% no nível superior.

Se atendemos a um estudo elaborado pela DREFD sobre a participação das equipas açorianas que participam por exemplo na serie Açores, o Governo Regional suporta na integra as despesas aéreas e estadias (alojamento e alimentação), verificando-se um remanescente de 17% para outras despesas inerentes a participação no nível competitivo.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores vivem hoje uma nova realidade desportiva, não só no âmbito da sua participação em competições regionais como nacionais. Tal realidade deve-se ao facto do Governo Regional do Partido Socialista ter assumido o desporto como uma das prioridade na sua acção governativa, passando não só pela construção de novas infra estruturas desportivas como beneficiação de infra estruturas já existentes, aumentando assim significativamente as condições de treino dos nossos atletas e consequente aumento de rendimento dos mesmos nas participações competitivas.

Em 1996, os Açores apresentavam nos seus quadros competitivos o número de 12 mil atletas federados, em 2003 temos 17 mil atletas federados, o que também demonstra o aumento significativo do numero de clubes e de atletas em participação regional e nacional em desportos colectivos.

1995/96 - 28 clubes; 2003/04 - 44 clubes em participações e competições nacionais

No que concerne a discussão central sobre a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do CDS/PP é também importante referir que na época de 2002-2003 foi atribuído em cerca de 2 milhões de euros em apoios de transportes e apoios complementares.

Na presente época 2003-2004 prevê-se um aumento de 500 mil euros, ou seja as ajudas irão rondar os 2,5 milhões de euros, nos apoios a transportes e nos apoios complementares aos respectivos clubes que participam em competições colectivas nacionais. Prova indesmentível do apoio que o Governo do PS presta no desporto açoreano.

Assim sendo, tal como já referi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votara contra a proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional nº 4/99/A, de 21 de Janeiro, (que estabelece o quadro geral de apoio a prestar pela administração pública regional ao desenvolvimento de actividades no

âmbito das actividades físicas e desportivas) proposta esta de alteração apresentada pelo Grupo parlamentar do CDS/PP.

Tenho dito.

Obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria participar nesta discussão, focando essencialmente a minha intervenção no esclarecimento a um aspecto da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

De facto, a conferência de imprensa que a direcção Regional da Educação Física e Desporto promoveu esta semana, não visava directamente, nem de perto, nem de longe, esta matéria.

(Risos da bancada do PSD)

Srs. Deputados, não se riam, porque isso é irritante.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O problema é seu. Está muito sensível.

O Orador: O problema não é só meu, acho que é de todos e falo em nome de toda a gente.

Eu tenho aqui o texto da respectiva intervenção, que tenho muito gosto em facultar-lhe, mas o que aconteceu foi que, devido a esta discussão, a comunicação social incidiu essencialmente sobre esta matéria, quando o objectivo foi fazer o balanço da época desportiva que terminou e daquela

que está agora a começar.

Eu queria também dizer que, e reafirmo como não podia deixar de ser, o que foi dito, quer na resposta inicial ao requerimento, quer na Comissão, foi que, de facto, as taxas, enquanto valor calculado, não são pagas. Todos os valores que dizem respeito a transferes, a taxas e a muitas outras despesas que são inerentes a qualquer deslocação, estão contidas no nº 2 do referido artigo e são pagas por aí e não enquanto taxa. Nós não fazemos qualquer cálculo de taxa.

Por outro lado, também gostava de dizer que, pelo facto de se dizer que não se controlam as passagens, não resulta qualquer referência negativa para os clubes, porque legitimamente é assim.

De facto, nós damos um apoio que é calculado em função de tabelas que estão contidas no respectivo decreto e esse apoio visa toda a actividade do clube e folgo em saber que os nossos clubes podem beneficiar com isso e espero bem que beneficiem.

Portanto, não há aqui nenhuma referência negativa, pelo contrário, há sim o reconhecimento do esforço que os clubes e os seus dirigentes fazem no sentido de que o dinheiro chegue para mais, porque a actividade desportiva envolve muitas outras despesas além das simples deslocações. Essa afirmação é uma afirmação que não pode ser vista pela negativa, antes pela positiva e eu folgo em saber que é assim.

Por outro lado, também gostava de dizer que uma das razões que faz com que o Governo não apoie a proposta que o CDS/PP aqui apresenta, tem a ver também com questões de natureza financeira. De facto, isto representaria um acréscimo de despesa significativo e estamos a falar em mais de 300 mil euros, numa despesa que na próxima época nós estimamos que se aproximará dos 2,5 milhões de euros.

Portanto, estamos a falar de um aumento que é significativo, face ao volume financeiro existente e, por outro lado, face àquilo que são as disponibilidades da própria Administração Regional e, em particular, da principal fonte deste financiamento que é o Fundo Regional do Desporto que é financiado pelas receitas do totobola e totoloto que, como o Sr. Deputado saberá, têm vindo a diminuir drasticamente ao longo dos últimos anos, quer devido a problemas de transferências, que foram ultrapassados nos últimos tempos, mas também devido à própria diminuição nas receitas na origem que têm vindo a diminuir substancialmente.

Neste contexto existem fortes restrições de natureza financeira que desaconselham esta aprovação.

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para reafirmar aquilo que disse na Comissão.

Eu estou convencido que é possível com o mesmo dinheiro, sem aumentar a despesa, fazer uma distribuição mais justa das verbas destinadas ao desporto e isso passa pela revisão global do decreto Legislativo 4/99, o que terá de ser feito a breve trecho, mas não me parece ser o momento adequado de o fazer, porque está neste momento a fazer o seu percurso, pelos órgãos de soberania, uma nova lei de bases do desporto, que será aprovada nos próximos meses e será no contexto dessa lei de bases revista que terá que ser feita uma revisão global desta matéria e só a partir daí é que teremos que ver, face às disponibilidades da Região Autónoma dos Açores, qual é que é a melhor distribuição das verbas em causa, pelos diversos clubes.

Agora, aumentar a despesa em 300 mil euros, isso não é comportável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Eu queria, muito brevemente, marcar posição sobre esta matéria, mas queria fazê-lo também de forma muito linear e directa, dizendo que este assunto quando aparece, aparece um pouco como se tratasse duma brincadeira de rapazes pequenos, ou seja, era uma coisa pouco compreensível.

Agora, nós começamos a juntar as várias malhas, as várias pontas e começamos a perceber a evolução e a natureza real do problema.

Mas, quando surgem os primeiros requerimentos e as primeiras respostas, a primeira tendência do Governo é a de dar respostas afirmando que, do ponto de vista legal, está obrigado a proceder assim e que a culpa até foi dos Srs. Deputados que aprovaram isto em cima do joelho, que não tiveram o cuidado e escreveram lá tarifas em vez de escrever outra coisa qualquer e nós agora temos que cumprir isto assim. Tanto assim é que o parecer jurídico do técnico da Direcção Regional acaba dizendo que os Srs. Deputados podem fazer a interpretação autêntica, ou seja, corrigir a lei.

Mas, antes de chegar a este ponto, diz que teve a curiosidade de ir ver nos debates da Assembleia se tentava esclarecer o espírito do legislador e que nada encontrou sobre isso, nem podia encontrar, porque não passou pela cabeça de nenhum desses legisladores, que se sentaram aqui em 94 e em 99, que era para a Secretaria pagar as tarifas e não pagar as taxas de aeroporto.

Deputado Joaquim Machado *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Isso não passou pela cabeça de ninguém e não está escrito em lado nenhum.

Portanto, foi apenas uma situação acidental que tem, talvez, pareceres

noutro sentido na medida em que se sabe que essas ditas taxas são perfeitamente inerentes ao acto de viajar. A tarifa por si só não resolve coisa nenhuma, porque não se pode viajar só com a tarifa, ela é unitária e o próprio Decreto Legislativo Regional que há pouco aprovámos aqui nesta Assembleia, que define a natureza dessas taxas, define-as como parte integrante do custo do acto de viajar.

Parecíamos que estávamos perante uma questão mais ou menos de "lana caprina" e o CDS/PP toma a iniciativa de fazer a tal interpretação e de introduzir esta correcção e começa-se a ver que afinal não era um problema tão simples quanto isso.

Entretanto, veio o Sr. Director Regional, hoje também veementemente secundado pelo Sr. Deputado Osório e pelo Sr. Secretário Regional, dizer que afinal essas taxas são pagas nos tais apoios complementares previstos no artigo 3º.

Se os senhores querem convencer-me que, lendo o nº 2 daquele artigo 4º., não se pode pagar as taxas, porque o que lá está escrito é tarifas, se me querem dizer que pagam as taxas nos termos do ponto 3, (As comparticipações para os encargos com os transportes terrestres, alojamento, alimentação e outras inerentes à participação a nível competitivo e que tem um valor fixo a partir dos 11.500 escudos actualizável), qual é o esforço de interpretação dizer que isso está coberto pelo ponto 3? Isto é uma pura mistificação que está a ser feita, porque é um valor fixo por pessoa.

Portanto, os senhores sabem que não pagam taxa nenhuma e tanto sabem que o Sr. Secretário agora diz que não aprovam isto por razões orçamentais. Então é que é que ficamos: pagam ou não pagam a taxa, nos termos do ponto 3? Não pagam e não querem pagar. Entretanto também

surge aqui a questão do valor das taxas que não têm parado de crescer e hoje tem um valor significativo, quando há 5 ou 6 anos esse valor não tinha nenhum significado. É aqui que a "porca torce o rabo".

Portanto, o que os senhores realmente querem é pagar – e agora vou falar como qualquer cidadão comum – a passagem menos uma determinada percentagem, porque a passagem tem duas componentes, a tarifa que se paga à companhia e as taxas que se paga pela utilização dos aeroportos. Este conjunto é a passagem e sem esse conjunto não se viaja e o que os senhores querem na realidade é pagar uma percentagem da passagem e a parte que fica de fora é a parte que regulamenta as taxas.

É isto que os senhores querem fazer, é isto que têm que assumir e dizer, é isto que as pessoas têm que perceber e não podemos fugir daqui.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

O Orador: São esses tais 300 mil euros que o Sr. Secretário, o Sr. Deputado Osório e o Sr. Director Regional dizem inflamadamente que são pagos através de despesas complementares do ponto 3 do artigo 4º, mas que não são pagos, porque se o fossem o Sr. Secretário não teria dificuldade nenhuma de transferir esse pagamento para o ponto 2, mas, o Sr. Secretário confessou que se traduzia num acréscimo.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses):* Tiramos o ponto 3 e passamos para o ponto 2, se é esse o problema.

O Orador: Penso que estamos perante uma questão que é extremamente séria.

Eu estou de acordo que eventualmente este Decreto Legislativo Regional possa carecer de uma revisão global e acho que devia de haver um espírito de abertura de todos nós no sentido dessa revisão global ser o mais rigorosa possível, dentro daquilo que seja possível, mas dentro do espírito de

fomentar e de continuar a haver um acentuado apoio às actividades desportivas, sob pena dessas actividades regredirem e muitas delas, como citou e muito bem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com estas limitações e com esta limitação concreta, porque hoje as taxas de aeroporto têm um valor real significativo, essas actividades podem mesmo regredir. É isto que as pessoas têm que perceber

É esta a responsabilidade que os senhores querem assumir. Certamente que vão assumi-la sozinhos.

Este é o nosso contributo, mas também deixo aqui o apelo, como já fez o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para que reconsiderem um pouco sobre isto e que não brinquemos com um assunto que é demasiado sério para se brincar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo CDS/PP é extraordinariamente justo, porque ele visa repor uma situação de injustiça que vigora desde alguns anos para cá.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Desde quando?

O Orador: Desde o início.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Desde 1994.

O Orador: O facto de vigorar desde 1994, não impede que continue a ser injusto e isto pelo simples motivo que o custo do transporte aéreo é composto por uma tarifa e por uma taxa e o que seria lógico era que a Secretaria suportasse o custo da passagem e, como é óbvio, esse custo

inclui a tarifa e a taxa, que é, ao fim e ao cabo, aquilo que nós pagamos quando vamos à SATA ou a qualquer agência de viagens.

Eu aceito que o Sr. Secretário diga que não tem dinheiro para suportar isto, já não aceito que diga que o que se propõe é injusto e muito menos aceito que seja dito que estas despesas sempre foram e continuam a ser cobertas pelos apoios em vigor, como é dito pelo Sr. Secretário e que é transcrito na comunicação social.

Gostaria também de referir que os apoios complementares, tal como é referido no diploma que está em vigor, têm a ver com o número de dias que as equipas se deslocam. Ora, pela vossa lógica, se uma equipa se desloca mais dias ser-lhe-á pago as taxas, se se desloca por menos dias não lhe será paga a taxa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* O senhor é que está a dizer.

O Orador: Isto é pela lógica, porque...

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Lógica de Manuel Arruda.

O Orador: ... o ponto 3 o que diz é que os apoios complementares têm a ver com o número de dias que a equipa se desloca. Portanto, não tem lógica nenhuma dizer-se que os apoios complementares suportam o pagamento da taxa, porque esses apoios têm a ver com o número de dias.

É óbvio que não há qualquer justiça na situação tal qual ela está.

Reafirmo que há uma questão financeira que é necessário ter em linha de conta. Isto é um assunto diferente, mas não podemos confundir.

Com estes pressupostos, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente o Projecto apresentado pelo CDS/PP, tendo em conta a justeza da matéria que está em discussão.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional

da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota, quero aqui prestar alguns esclarecimentos.

Embora na parte final da sua intervenção tenha percebido que o Sr. Deputado estava consciente disso, quero dizer-lhe que, de facto, desde que se passou para o modelo de pagamento das passagens pelos clubes que essas tarifas não são pagas, ou seja, foram numa fase inicial quando era a própria Direcção Regional que adquiria os bilhetes, mas nessa altura não pagava os apoios complementares.

Quando se passou para o actual modelo, ele foi adoptado assim, mas já estava em vigor desde 1999 e estou seguro que nessa altura os legisladores presentes, estavam conscientes e eram sabedores que era assim, porque era essa a situação em 1999, até porque nessa altura estavam, nos diversos Grupos Parlamentares, pessoas que tinham participado, directa ou indirectamente, no funcionamento do anterior sistema de apoios e do sistema de apoios que estava em vigor nessa altura.

Por isso, não me parece que se possa alegar que esta Câmara aprovou um documento sem saber que era assim, porque nessa altura já era assim e não houve qualquer alteração.

Um outro aspecto que eu queria também aqui colocar tem a ver com o facto do Sr. Deputado ter dito que com isto vão diminuir o número de equipas ou participações. Não é verdade e desde 1996 até agora quase que duplicou o número de participações e o número de atletas participantes já mais do que duplicou.

Portanto, isto mostra que os apoios existentes são adequados e, de facto,

tem havido um grande crescimento na participação. Aliás, faz parte do texto dessa conferência de imprensa, exactamente para mostrar esses números. De facto de ter havido um enorme crescimento, e creio que cresceu 16, em termos de equipas, – mas eu não tenho texto, porque facultei-o ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, mas ele pode confirmar que é esse o número.

Gostava também de reafirmar que os apoios que estão a ser pagos, até porque os factos e o nível de participação o demonstra, são adequados à promoção do desporto que é esse, no fim de contas, o objectivo do apoio público nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava a contar intervir neste debate, mas vou fazê-lo contagiado apenas pela vontade de contribuir também para o desenvolvimento desportivo da Região e naquilo que puder fazer também enquanto dirigente desportivo.

A imagem que pode passar deste debate e da iniciativa do PP é de que os clubes desportivos de certa forma estão a ser defraudados pela aplicação do 4/99/A. É absolutamente mentira, é absolutamente falso e não corresponde minimamente à realidade.

Eu coloco uma questão muito simples a todo o plenário e peço que algum Sr. Deputado me responda se tiver dados para responder afirmativamente a ela.

O valor dos contratos-programa, calculados com base em dois itens, as tarifas aéreas e os apoios complementares, tendo por base os dias de

deslocação, como muito bem referiu o Deputado Manuel Arruda, dá um determinado valor. Esse é o valor dos contratos-programa.

Os apoios complementares poderão ser, se se tratarem de competições nacionais, como bem referiu há bocado o Deputado Osório Silva, multiplicados por 50%, 75% ou 100% em função do nível competitivo em que o clube se encontra a disputar.

A questão é só esta:

Alguém que me demonstre aqui, e ninguém o conseguirá certamente, que o valor global dos contratos-programa não dá para cobrir as despesas inerentes à participação.

Digo mais:

Um clube participando além do número de referência de atletas, e estou à vontade para o dizer, no caso duma modalidade concreta que eu conheço particularmente, esse número de participação são 14. Esse clube que eu conheço participa com 17 e posso dizer que o valor do contrato-programa chega para pagar tarifas aéreas e os clubes até preferem isto do que receber as passagens, porque até podem negociar, com pagamentos a pronto, descontos em muitas agências de viagens. Há clubes que o fazem e há clubes que se aproveitam desta situação para pouparem mais algum dinheiro.

Portanto, dá para pagar as tarifas aéreas, dá para pagar os alojamentos, dá para pagar os transportes terrestres, alugando autocarros, dá para pagar a alimentação, dá para pagar as taxas de inscrição de organização e de arbitragem, dá para pagar o policiamento e dá para pagar também as taxas aeroportuárias. Fazem isto com 17 e não 14 e ainda restam uns tostões, Sr. Deputado.

O que é importante ser aqui dito é que os contratos-programa, celebrados

nos termos do 4/99/A, para participação em competições desportivas, dão para custear todos os encargos inerentes a essa participação desportiva.

Existem situações ao nível desta participação que eventualmente podem merecer alguma ponderação, tais como deslocações que impliquem outras ligações aéreas.

Existem outras situações ao nível dos prémios de classificação e dos prémios de subida que merecerão eventualmente a nossa reflexão e temos visto notícias por estes dias que são de chamar à nossa atenção, que são de nos levar a ponderar se devem ou não continuar. A minha afirmação aqui é de que não devem continuar. Essas situações têm que ser expurgadas, porque o espírito da lei, o espírito do legislador e a nossa vontade em prol do desenvolvimento desportivo não pode passar por compactuarmos com essas situações.

Se existem 300 mil euros para gastar a mais com o desporto, Sr. Secretário, que seja para outros fins, que seja para promover mais a formação, que seja para promover mais participações em competições nacionais e não para pagar taxas aeroportuárias, não para comparticipar as participações nos quadros competitivos nacionais ou regionais, porque os valores dos contratos-programas chegam e sobram para esse efeito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o entusiasmo que o Sr. Deputado Hernâni Jorge agora revelou não vem tanto, naturalmente, da sua qualidade de prestigiadíssimo dirigente do hóquei em patins, mas mais da qualidade de deputado da maioria e, portanto, não pode vir obviamente da primeira qualidade.

Aliás, o Sr. Deputado Hernâni Jorge deixou aqui uma imagem um tanto complicada da elaboração e da gestão dos contratos-programa e eu gostava de chamar a atenção, e não queria andar com adjectivações mais difíceis, para esta imagem deixada aqui pelo Sr. Deputado, porque é uma imagem complicada.

Se eram para ir 14 e vão 17 e mesmo assim com o dinheiro dos 14 podem ir os 17, quero dizer que, certamente, as condições de compras de serviços, de compras de passagens, de compras de várias coisas, são condições que não correspondem às indicadas inicialmente no contrato-programa.

Eu também fui dirigente desportivo, em anos recentes, durante quatro anos e meio, subscrevi muitos contratos-programa com a Direcção Regional de Educação Física e Desporto, conheço a estrutura desses contratos, conheço a forma como as propostas são elaboradas, conheço a forma como são entregues, conheço os instrumentos que a Direcção Regional tem para fiscalizar, sei que muitas vezes essa fiscalização não é feita e o que o Sr. Deputado Hernâni Jorge aqui veio colocar foi um problema extremamente complicado. Eu não queria dizer mais do que isto, mas é um problema extremamente complicado.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Fui eu que o coloquei!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não é pelo facto de confessar ou não confessar que o problema desaparece.

O Orador: Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, o senhor não me está a entender e eu vou "trocar-lhe por miúdos" para o senhor perceber.

Isto quer dizer que o projecto de contrato-programa entregue não é o que é feito na prática, porque é dito que a diária é 50 e a diária foi 30, o que quer dizer que isto realmente foi negociado por outro valor. É isto que quer dizer e não é outra coisa. Não pode querer dizer outra coisa.

Portanto, acho que o Sr. Deputado Hernâni Jorge teve a infelicidade de encaminhar este debate para um campo muito pouco claro, na sua ânsia de defender o Governo.

Dirijo-me agora a V. Exa., Sr. Secretário Regional.

Se é preciso corrigir a lei, vamos corrigi-la em termos da transparência deste processo e vamos pô-la em termos da transparência e aqui "os bois têm que se chamar pelos nomes", porque a passagem é a passagem, o alojamento é o alojamento, a alimentação é a alimentação e assim por aí fora, mas a passagem é com as suas componentes, o alojamento e a alimentação é com os seus valores.

Portanto, vamos trabalhar na base de uma outra transparência sem que ninguém seja tentado a trabalhar numa base menos transparente. Esta é, de facto, a questão essencial que se coloca nisto.

(Apartes inaudíveis das várias bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Decq Mota concluir o seu pensamento e a sua intervenção. Eu aceito inscrições para quem quiser falar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu estava a tentar dizer que vamos tentar procurar fazer a revisão que seja adequada na lei.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge quis demonstrar a tese de que o valor que é

atribuído é um valor mais que suficiente para os apoios. Foi isso que o senhor quis demonstrar,...

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* E é verdade, Sr. Deputado.

O Orador: ... mas fê-lo duma forma completamente infeliz, porque demonstrou-o provando e mostrando que há determinados contratos-programa que são feitos de tal forma que dão para mais gente do que aquilo que devia. Se são feitos assim, é mal feito.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Os contratos-programa são todos iguais.

O Orador: Aqueles que eu subscrevi foram feitos e executados com todo o rigor e foram muitos.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminei, Sr. Presidente. Não tenho condições para continuar. O Sr. Deputado Hernâni Jorge está demasiado nervoso.

Presidente: Eu tenho ainda cinco Srs. Deputados inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu venho a este debate serenamente trazer um pequeno contributo, porque eu tive, talvez, o privilégio, a dada altura da minha vida, de acompanhar esta evolução que se fez do desporto açoriano, nomeadamente nos anos 90, e acompanhei a transição desde o momento em que a DREFD adquiria as passagens, reservava os alojamentos e o período posterior em que, por pressão, por vontade dos clubes e das associações, começaram a ser transferidos, através de contratos-programa, bolos financeiros que davam suporte às suas actividades e aos quadros competitivos e, portanto, quando

chegámos a 94/96 era este o quadro.

Permita-me Sr. Deputado Decq Mota, e de alguma forma também o PP, que vos diga que estamos a partir duma premissa completamente errada, porque a Direcção Regional de Educação Física e Desportos não reembolsa despesas, apoia actividades, através da organização de um contrato-programa, ...

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... contrato esse que se divide em enquadramento técnico, em alguns casos apoia os técnicos que trabalham, divide-se em apoio a deslocações, em função dos quadros competitivos da respectiva modalidade, e aos apoios complementares que são uma espécie de ajuda de custo para fazer face às despesas e como ajuda de custo que são, são geridos pelo clube ou pela associação.

Eu se recebo uma ajuda de custo, posso ir para uma pensão de 2ª ou para um hotel de 5 estrelas.

Os clubes que sabem gerir devidamente os seus dinheiros se calhar, como diz o Sr. Deputado Hernâni Jorge e muito bem, até conseguem poupar algum e como exemplo posso dizer que os clubes que jogam fora e que pedem a carrinha do clube da casa para se deslocarem para o estádio, poupam dinheiro. Os que alugam um autocarro, obviamente, se calhar, não chega.

Agora, foi por vontade dos clubes, e acho que bem, que esta evolução se fez e que em vez de se fazer um reembolso, o que iria trazer uma complexidade administrativa tremenda, o que se fez foi calcular, a partir duma bitola, quanto é que custa fazer um jogo na competição "X", na modalidade "Y" e na data "Z". Custa tanto, é um padrão e a partir daí fazem-se as contas, através de tabelas. É este o processo, é escorreito, é

fácil de perceber e as coisas são lineares.

Quem gere bem, ganha, quem gere mal, perde. É tão simples quanto isto.

Penso que os clubes em média estão a gerir bem, porque eu nunca ouvi ninguém se queixar até este momento.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge disse-o e eu reafirmo que esta era outra questão que nós poderíamos discutir.

Nós poderíamos estar aqui a discutir que os apoios dados ao desporto, os apoios dados às várias equipas, em várias modalidades, em competições desportivas, quer em séries regionais, quer em competições nacionais, eram insuficientes e que os clubes estavam na bancarrota, o que não é verdade. Este é um assunto que não está na ordem do dia.

Portanto, nós estamos aqui a discutir um problema que parte duma premissa errada, dum dado falso, porque quando se diz que a DREFD ao reembolsar as passagens não está a dar o dinheiro todo, porque não está a dar o dinheiro das taxas, aeroportuárias, nada mais falso. O que a DREFD dá é um apoio para deslocações, que os clubes gerem.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Decq Mota, levado não só pela emotividade que se lhe conhece, mas também pelo desconhecimento desta matéria, cometeu algumas imprecisões que eu considero de alguma gravidade e tentou

insinuar ou até mesmo afirmar de que o exemplo que eu aqui tinha trazido poderia, eventualmente, estar pejado de alguma situação menos clara ou menos legal.

Sr. Deputado, isso só demonstrou que desconhece em absoluto os termos e as regras de celebração dos contratos-programa para a actividade competitiva nacional, no que respeita a participações regulares. Esses são celebrados directamente com os clubes, não são com as associações, como é o caso da actividade regional ou como é o caso da actividade nacional que não tem carácter de regularidade anual e serão esses, eventualmente, que o Sr. Deputado conhece melhor, até pelas funções que desempenhou enquanto dirigente dum determinado clube desta terra, em que a associação regional que tutela essa área é que celebra os contratos-programa, faz a distribuição e paga da forma como o Sr. Deputado terá evidenciado, mas a lei é muito clara.

O exemplo que eu dei respeita à actividade nacional com uma participação com regularidade anual e os critérios e as regras são estas:

14 elementos x a tarifa aérea dos Açores para o Continente;

63,91 euros x os 14 elementos x o número de dias da deslocação + 50% se for do nível competitivo inferior, 75% se for do nível intermédio e 100% do nível superior.

É do cálculo que sai desta equação que é encontrado o valor global do contrato-programa e é esse valor global que é transferido para os clubes para fazer face às despesas nas participações competitivas e o que eu lhe disse foi que deste valor global, calculado desta forma para todos os clubes, inclusivamente para aqueles em que o Sr. Deputado José Decq Mota, eventualmente, venha a fazer parte, enquanto dirigente desportivo e que participem nestas condições na competição nacional, dá e chega para fazer

face aos encargos com a actividade competitiva nacional.

O Sr. Deputado José Decq Mota só vem dar razão à minha intervenção, é que os clubes não querem levantar esta questão, porque não é a este nível que se põem os problemas do 4/99/A, mas a outros níveis.

Ao nível das deslocações haverá, eventualmente, uma ou outra questão pontual. Por exemplo as viagens para o Algarve se calhar merecem reflexão, mas não foram essas que aqui foram trazidas.

Portanto, as outras situações como os prémios de classificação, como o facto de ser mais aliciante descer e subir, porque manter não convém a ninguém, como os dirigentes desportivos afirmam, são questões que devem merecer a nossa reflexão.

Também ficou aqui a promessa do Governo que, na sequência da publicação da lei de bases, havemos todos trazer a esta Casa e havemos todos, com seriedade e procurando contribuir para o desenvolvimento do desporto desta Região, reflectir sobre elas e encontrar as melhores soluções.

Agora, não contam, certamente, com o nosso apoio, não contam com o meu apoio ou com apoio da maioria dos clubes desportivos desta Região para vir reivindicar taxas aeroportuárias, mantendo-se tudo o resto tal como está, porque esta não é a questão essencial.

É por via destes contratos-programa que os clubes conseguem, eventualmente, fazer face a outras despesas, levando 17 ou levando 18, substituindo os encargos dos transportes terrestres contratualizando com os outros clubes. Os clubes fazem isso, Sr. Deputado.

63,91 euros a multiplicar por cada pessoa, estamos falar num montante que, se for só para alimentação e alojamento, dá para ir para um hotel de 4 estrelas, se os clubes quiserem. Estamos a falar destes montantes.

Portanto, não é este o problema do 4/99/A, não é este o principal problema que se põe aos clubes desportivos desta Região, não é este o problema que se põe ao desenvolvimento desportivo da nossa Região.

Repito, para terminar, no dia em que o Governo Regional tiver mais 300 mil euros para gastar no desporto, invista-o na formação, aumentando o valor dos contratos-programa da formação, crie condições para que participem mais clubes nas actividades competitivas a nível nacional, repense aquilo que deve ser o apoio da Região ao nível do desporto de rendimento e do desporto de alta competição. Caminhe-se por aí.

Não é pagando taxas aeroportuárias que se alcança o desenvolvimento do desporto na nossa Região.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, embora creio que uma parte das questões estejam esclarecidas, reafirmar que eu acredito na total transparência da gestão por parte dos clubes, no que diz respeito a esta matéria, porque os contratos-programa não obrigam os clubes a qualquer dimensão em termos da respectiva comitiva, nem sequer obrigam à aquisição das passagens, obrigam apenas à participação num determinado quadro competitivo e o cálculo é feito meramente com base nesse quadro competitivo e não com base, na realidade, em termos da despesa que é feita.

Se o Sr. Deputado ler o Despacho 631/2003, publicado no Jornal Oficial, verá que ele serve de base a este cálculo. O cálculo é feito simplesmente olhando para o quadro competitivo e não com base nas despesas que cada um dos clubes apresenta e em nenhuma das cláusulas existe essa obrigação. As únicas obrigações que são impostas ao clube signatário são a participação naquele quadro competitivo e o desenvolvimento de um honesto esforço desportivo, ou seja, o clube apenas fica obrigado a não faltar a nenhum dos jogos e a ter o comportamento desportivo adequado ao quadro em que se insere e nada mais do que isso.

Portanto, há aqui uma situação que permite ao clube legitimamente, e volto a reafirmá-lo, legitimamente, fazer a gestão que entender das verbas que lhe são atribuídas e ninguém pode vir dizer que há aqui qualquer comportamento menos transparente por parte desses clubes.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Sousa *(PS): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para uma pequena intervenção, até porque temos consciência que está tudo dito sobre esta matéria, mas é óbvio que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, como proponente, não pode deixar de centrar a questão que estamos aqui a discutir e que muito bem foi aqui debatida pela generalidade dos intervenientes.

Nós compreendemos, é legítimo, o facto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, face ao decorrer do debate, ter tentado derivar este mesmo debate para questões, algumas delas já tinham sido aqui apresentadas, de necessidade de alteração mais profunda na legislação existente e outras

laterais que foram aqui colocadas, mas que não podem deixar de levar à reflexão daquilo que é o essencial e que está na base da proposta que aqui é apresentada.

É obvio que não é por falar muito alto que a gente apaga os diplomas que estão aqui em apreciação.

Eu gostaria de referir que nós partimos exactamente da premissa certa, partimos duma premissa certíssima que muito bem foi aqui salientado pelo Grupo Parlamentar do PCP, do PSD e por nós próprios e pelo Sr. Secretário Regional, enquanto interveniente no debate e julgo que por algumas das intervenções do Partido Socialista.

Portanto, a premissa era tão certa, tão certa, que inclusivamente tinha como base a resposta do Governo a um requerimento apresentado por este Grupo Parlamentar e que vinha na sequência de manifestações de associações desportivas, nomeadamente das modalidades que tem maior abrangência e maior apoio popular na nossa Região e, portanto, com toda a legitimidade.

Existe alguma precipitação de linguagem quando se insinua que essa pretensão não tem o apoio das colectividades, mas tem das principais e na base de manifestações expontâneas das mesmas.

Por outro lado, o que não é escorreito, usando também uma expressão apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é as colectividades e as direcções receberem apoio para uma tarifa e não receberem apoio para a taxa que é parte integrante do bilhete e da passagem. Isso é que não escorreito, não é normal e é exactamente por isso que aqui estamos.

Sr. Deputado Hernâni, com a boa fé que todos colocamos aqui, ninguém pôs em causa, que eu ouvisse, nesta Assembleia que os apoios complementares não eram suficientes. O senhor não ouviu, nem ouvi

ninguém nesta Assembleia dizer que não eram suficientes. Os senhores insistiram que eram suficientes e ninguém pôs isso em causa.

A Secretaria Regional é que alegou que não pagava as taxas correspondentes às passagens, porque isto iria custar entre 300 mil e 390 mil euros. Quem disse que não pagava foi o Governo Regional dos Açores e a nossa proposta é de que o Governo deve pagar.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Porquê?

O Orador: Porque não há bilhete sem taxa, porque se a Assembleia Regional não pagasse a taxa dos seus bilhetes, o meu amigo nem eu saíamos de casa.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Deputado, quantos clubes ficaram em terra por não lhe pagarem a taxa?

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que deixassem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro concluir a sua intervenção. Eu continuo disponível para inscrever os Srs. Deputados.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Isto é uma questão muito simples. Eu fiz um esforço na minha intervenção para explicar isto, assim como os outros Srs. Deputados o fizeram, mas há alguém no Grupo Parlamentar do Partido Socialista que quer complicar, para confundir e para justificar o injustificável, o que não é escorreito.

O apoio é tão geral que o Governo Regional dos Açores responde a um requerimento do CDS/PP e eu vou ler essa resposta.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* A discussão não é a resposta. A discussão é o Projecto de Decreto Legislativo Regional.

O Orador: Eu vou ler e se o senhor não quiser ouvir vai ter que sair, porque se não o fizer vai ter que ouvir.

Passo a ler a resposta:

"Enquanto o Decreto Legislativo Regional estiver em vigor o procedimento adoptado manter-se-á".

Isto é o que o Governo Regional dos Açores responde.

"A DREFD cumpriu sempre com o estipulado no diploma, aprovado na Assembleia com os votos favoráveis... . Não se trata de uma situação nova, já que em todas as cimeira anuais do futebol este assunto tem sido sistematicamente debatido ...".

Já sabemos que nas cimeiras anuais do hóquei em patins isso não tem sido debatido. Nas cimeiras anuais do hóquei em patins, nós sabemos que eles não levantam esse assunto.

Agora, em todas as cimeira anuais do futebol na Região Autónoma do Açores, este assunto tem sido sistematicamente debatido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que esta matéria também ajuda a esclarecer e a tornar claro algumas das pretensões que aqui foram colocadas, no sentido de pôr até em causa o próprio interesse, que é lógico e normal, daqueles que representam as colectividades, sobretudo aquelas que têm maior expressão.

Portanto, pela nossa parte reiteramos a justeza da iniciativa.

Compreendemos a intervenção do Sr. Deputado Manuel Arruda, do Grupo Parlamentar do PSD, que pôs a questão com toda a clareza, como é seu hábito, e com a declaração de que se a questão é, de facto, financeira, e nós também já tínhamos referido, até se pode compreender a dificuldade, mas que seja assumida de frente, como o Sr. Secretário, em grande parte, a assumiu.

O que não podemos admitir é que tente trocar aqui as voltas, tente alargar o debate a matérias que não estão no próprio diploma e tente dizer que os clubes recebem verbas para as taxas, através do nº 3, como muito bem o

Deputado José Decq Mota demonstrou. Isto é que não era escorreito, porque se não podem receber através do nº 2, seria um disparate receber através do nº 3.

Deus nos livre se a nossa Região está a ser administrada com interpretações como aquelas que ouvimos aqui há bocadinho do Sr. Deputado Herberto Rosa. Isso então seria um descalabro bem maior do que aquele que já temos.

Deputado Manuel Herberto Rosa *(PS):* É uma ignorância atrevida.

O Orador: Tino na língua é uma coisa que fica bem a quem já tem alguma idade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para quem não acompanhe estes assuntos do desporto no dia a dia, mas para quem tenha participado nos trabalhos da Comissão, como eu fiz, e agora tenha assistido a esta discussão, há uma coisa que é bem clara.

No passado houve um modelo, que se aplicava, que era o modelo de reembolso de despesas.

Posteriormente substituiu-se esse modelo de reembolso de despesas por um modelo de apoio à actividade com base em valores padrão que são iguais para toda a gente e para todos os clubes, com critérios perfeitamente transparentes.

Esse sistema está em vigor já há bastante tempo e com a satisfação dos clubes de todas as modalidades, havendo aqui um ou outro caso pontual, um dos quais já foi referido aqui e foi referido também na Comissão pelo Sr. Deputado Manuel Arruda, mas há outros casos e havendo esses casos

pontuais a questão que se põe aqui é se voltamos ao modelo anterior de reembolso de despesas ou mantemos este modelo.

Se os Srs. Deputados acham que devemos voltar ao modelo anterior, então tenham a coragem de o propor e depois havemos de ver o que é que os clubes dizem.

Agora, não podemos é estar nos dois mundos simultaneamente, ou seja, com um pé num lado a querer os apoios e com um pé no outro a pedir para se pagar mais uma facturazinha, porque é, no fundo, essa lógica, aquela que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro vem aqui propor.

Deputado Paulo Gusmão *(PP):* O senhor já leu isto que está aqui?

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa não pode permitir diálogo nesta Assembleia. Os Srs. Deputados concluam as vossas intervenções e depois eu darei a palavra a outro.

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

É isto que finalmente está em discussão, mas também pode passar aqui a ideia de que os montantes que estão a ser aplicados são montantes perfeitamente irrisórios, no que respeita a esta rubrica em particular.

Nós fizemos aqui as contas na bancada e no escalão que tem a bonificação de 50%, os apoios são de 95,87 euros por dia e por atleta. Os Srs. Deputados estão habituados a fazer as contas das suas ajudas de custo, façam o favor de as fazer e comparar.

Se for com uma bonificação de 75%, recebem por dia e por membro da comitiva 111,85 euros.

Se for com a bonificação de 100%, recebem por dia e por membro da comitiva 127,82 euros.

Se quiseram fazer depois a conversão em contos, é fácil de fazer.

Comparem estas verbas com ajudas de custo que são pagas nesta Casa, aos Membros do Governo, a quadros superiores ou a outros e depois tirem as conclusões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota. Dispõe de três minutos.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar em três minutos expor a ideia absolutamente fundamental.

Eu sei o que são contratos-programa, como são organizados, mas não vou entrar nessa discussão.

Agora, o que eu queria colocar com toda a clareza é o seguinte:

Como o Sr. Deputado Manuel Herberto explicou, quase pedagogicamente – e o Sr. Deputado Hernâni Jorge fê-lo menos pedagogicamente – há uma fórmula,...

Deputado Manuel Herberto Rosa *(PS):* Não tenho a veleidade de vir fazer demagogia.

O Orador: ... há uma equação. Então os senhores têm que ser coerentes com o vosso próprio raciocínio.

Se é verdade que estes valores, referidos também agora pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, são valores muito altos e exagerados...

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Não foi isso que eu disse.

O Orador: O Sr. Deputado insinuou, comparando com as ajudas de custo dos Deputados e dos Membros do Governo.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Eu não insinuei.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Isto está impossível.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Está impossível, porque está a pôr na minha boca palavras que eu não disse.

Presidente: Srs. Deputados, eu tenho que intervir aqui solicitando calma aos Srs. Deputados, porque isto está complicado e estão a dificultar o trabalho da Mesa.

O Orador: Este sinal de nervosismo mostra que não têm razão.

Presidente: Sr. Deputado, não se trata de nervosismo, mas de empolgamento perante o caso tão importante.

Posto isto, mais uma vez faço um apelo para levarmos o debate até ao fim tranquilamente.

O Orador: O que está aqui em questão, e que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro explicou muito bem, é a questão dos transportes que é uma parte da tal equação, ou seja, pega-se num valor, que é o da tarifa, e multiplica-se pela comitiva oficial que depois é somado às outras coisas.

O que está posto em questão pelo PP é o seguinte: em vez de ser o valor da tarifa, seria o valor da passagem, que era a primeira tese da Secretaria. Agora, se os senhores acham que o valor é exagerado, coloquem na lei que é 85 ou 87% do valor da passagem...

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses):* O valor da passagem varia consoante o percurso.

O Orador: ... e tirem a percentagem referente às taxas, mas não venham falar das taxas como se de um crime se tratasse, porque as taxas são uma imposição legal que está estabelecida e está legislada e que sem o pagamento delas não se viaja.

É preferível que digam que é 85% para as tarifas e que a taxa equivale a 15%, eu não sei se é, mas suponhamos que equivale a 15%, então digam assim: multiplica-se 85% do valor da passagem pelo número de membros da comitiva, porque isto é a verdade da vossa política.

Agora, criar a ideia de que estão a pagar o transporte, mas estão a tirar a taxa, considerando que as verbas que dão para as outras coisas são suficientes, isso não é solução de coisa nenhuma e é essa a razão do vosso nervosismo.

Terminei a minha participação neste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para pedir dois esclarecimentos ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, como proponente.

A primeira pergunta muito clara e muito directa. Deixemo-nos de eufemismos e vamos ao que interessa.

Nós temos clubes que praticam actividades desportivas e nós desejamos que os clubes tenham uma economia saudável, digamos assim, para poderem participar nas actividades que lhes são programaticamente impostas, porque têm que participar nos quadros competitivos.

De acordo com as informações que o Sr. Deputado tem, os montantes dos contratos-programa, na generalidade das modalidades e dos clubes, são ou

não são suficientes para suportar os encargos com as actividades competitivas? Pondo a pergunta doutra forma, o dinheiro que os clubes recebem chega ou não chega para fazer face aos encargos que eles se comprometem, através do contrato-programa?

Segunda questão:

Se é suficiente, para que é que o Sr. Deputado pretende aumentar o montante dos contratos-programa?

Agora, em comentário, quero dizer-lhe que a razão que me leva a votar contra esta proposta é a mesma que me fez há bocado votar a favor da Proposta de Resolução relativamente à deslocação dos doentes.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge. Dispõe de três minutos.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei breve, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado José Decq Mota procurou, com um jogo de palavras, colocar na boca de alguns deputados desta bancada aquilo que nós nunca dissemos.

Nós o que afirmámos, e que foi reiterado agora pela pergunta do Deputado Herberto Rosa, que mais não fez do que repetir uma pergunta que eu já tinha feito e que continua sem resposta da parte daqueles que defendem a aprovação deste Projecto de Decreto Legislativo Regional, foi se os apoios são ou não são suficientes. Nós respondemos que os apoios são suficientes e dizer que são suficientes, é completamente diferente de dizer ou procurar dizer que a bancada do PS diz que os apoios são exagerados. Não, eles não

são exagerados. Os apoios são os que estão. Estão muito bem e são suficientes.

No dia em que, eventualmente, não forem suficientes, estamos aqui para conversar sobre essa matéria, da mesma forma que estamos disponíveis para conversar, na sequência da publicação da lei de bases, sobre as insuficiências e lacunas que o 4/99/A já demonstrou ter.

Que fique claro perante toda a Câmara e perante todos os açorianos, para terminar, que se há coisa que caracterize os dirigentes desportivos na nossa Região, Sr. Deputado José Decq Mota, são estas três qualidades: seriedade, honestidade e transparência e isso ninguém põe, de certeza, em causa. Isso caracteriza os dirigentes desportivos açorianos no relacionamento que têm com Administração Pública Regional, na celebração dos contratos-programa. Com vista ao que quer que seja, regem-se por estes critérios e, naturalmente, no dia em que assim não for, estamos mal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Decq Mota, eu expliquei aqui, de uma forma resumida, que o que estava em discussão eram dois modelos.

Deputado José Decq Mota *(PCP):*Não é.

O Orador: São dois modelos, é o modelo de reembolso de despesas e o modelo de apoio que, aliás, foi muito bem explicado, de forma pedagógica, pelo Sr. Deputado Herberto Rosa.

Depois fiz o cálculo para uma componente desse apoio, para que se soubesse. O que eu não fiz aqui foi aquilo que o Sr. Deputado tentou fazer que foi dizer se eram excessivos, se não eram e pôr na boca de outros

aquilo que não disseram. Eu aí, Sr. Deputado, com toda a amizade que lhe tenho, chamo-lhe desonestidade intelectual.

O que o senhor tentou aqui fazer foi a manipulação daquilo que os outros disseram. Infelizmente não pude dizer isto noutra ocasião, porque o Sr. Presidente não me deixou falar na altura. Eu faço-o agora na forma de esclarecimento, dizendo que é desonestidade intelectual aquilo que fez e peço ao Sr. Deputado que não o volte a fazer, porque eu respeito-o muito...

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Respeitou até agora.

O Orador: ... e não quero voltar a empregar estas palavras aqui neste plenário.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Decq Mota deseja a palavra para?

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho necessidade de fazer um protesto, porque o tom que o Sr. Deputado Fernando Lopes usou é um tom artificialmente dramático. O senhor está a acusar-me de desonestidade intelectual, mas eu também posso acusá-lo e digo porquê, porque nós não estamos a discutir dois modelos de contrato-programa nem de comparticipação, estamos a discutir como é que um elemento do modelo que está em vigor deve ser calculado, se é a partir das passagens ou se é a partir das tarifas.

Portanto, se eu estou a ser desonesto, do ponto de vista intelectual, o Sr. Deputado também está quando introduz aqui uma discussão que não é aquela que nós estamos a discutir neste momento.

Ninguém pôs em causa o modelo dos contratos-programa. A única coisa que o Projecto do PP coloca em causa é a forma de cálculo duma das vertentes do contrato-programa, que é passagens ou tarifas.

O Sr. Deputado acusa-me de desonestidade intelectual e então o que se há-de dizer daqueles que pensam que os valores do contrato-programa são suficientes e da forma de interpretação restritiva que encontram para travar o valor desses contratos-programa.

Poderão dizer que essa interpretação restritiva foi sempre feita, mas foi feita num momento em que não tinha significado, quando as taxas de aeroporto eram 250$00, mas agora que são a 1000$00 já têm algum significado.

É aqui que a questão mudou, e é por aqui que as associações e as instituições colocam esta questão.

Portanto, se me acusam a mim, ao PCP e a quem defende esta posição de desonesto do ponto de vista intelectual, efectivamente tenho, neste protesto, que devolver completamente essa acusação, mas não digo que é desonestidade intelectual, digo que é, Sr. Deputado Fernando Lopes, desonestidade política, que é muito mais sério.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para um contra-protesto.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Volto a reafirmar o que aqui disse.

Quando eu digo que num escalão são 95,87 euros, que no outro são 111,85 euros e que no outro são 127,82 euros e o Sr. Deputado José Decq Mota, no meio de um arrazoado, vem dizer que eu estou a insinuar que é excessivo, o senhor não pensou no que disse e eu desculpo-o...

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Não tem nada que desculpar.

O Orador: ... ou então no fulgor desta discussão o senhor foi desonesto. Eu não acredito que o senhor seja desonesto,...

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Não acredita, mas fica bem dizer.

O Orador: ... agora o senhor deixou-se levar pelo discurso que faz. O Sr. Deputado emociona-se nos discursos e às vezes perde a razão que pretende ter e neste caso perdeu a razão.

Só que lhe fica bem, Sr. Deputado, admitir que se excedeu ao procurar pôr na boca de outros aquilo que eles não disseram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Tem três minutos.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha dito que nós já tínhamos concluído a nossa participação, mas uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Herberto Rosa merece a nossa atenção e é só nessa medida que tenho todo o gosto em esclarecer a Assembleia.

No que respeita ao nº 3 do artigo 4º, que são as comparticipações para encargos com transportes terrestres, com alojamento e com alimentação e outras inerentes à participação no nível competitivo, nós achamos que não havia lugar a fazer qualquer alteração e por isso mesmo o Grupo Parlamentar do CDS/PP não fez nenhuma alteração.

Relativamente ao nº 2 que visa as comparticipações para os encargos com transportes aéreos ou marítimos e em que está em jogo e em risco garantir a continuidade territorial, nós entendemos que devem ser calculadas com base no custo integral da passagem, incluindo a tarifa, incluindo as taxas.

Quando tudo é feito na base dum cálculo duma comitiva, porque funciona com base no cálculo desses elementos, é óbvio que os clubes, as associações, os beneficiários dessa política ou arranjam outras receitas para fazer face à taxa para poderem adquirir o bilhete ou então diminuem as comitivas.

Nós aceitamos e temos por bem que quando a Administração Regional, através dos seus serviços competentes, define que a comitiva, e penso que isso é feito de forma participada e dialogante, duma equipa de futebol deve ser integrada por "X" elementos, porque deve ter técnicos, jogadores suplentes e dirigentes, é uma base, mas é calculada, penso eu, com elementos técnicos, em função das diferentes modalidades.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo de Meneses)*: Não diz nada disso. Diz só 22 elementos. Julgo mesmo que o que diz é duas vezes a equipa.

O Orador: Portanto, se acham que uma comitiva é de 21 ou 22 para o futebol, é de "X" para o basquetebol e de "Y" para o voleibol, é óbvio que uma modalidade, seja ela qual for, que se vê impedida de fazer deslocar a sua comitiva, de acordo com as regras técnicas acordadas, está a ser penalizada por isso. Isso é óbvio.

Está perfeitamente demonstrado e mais do que tudo entendemos que a Administração deve pagar a passagem na íntegra e, sob o nosso ponto de vista, este é um assunto encerrado.

Sr. Presidente, estamos disponíveis para votar.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um último e muito breve esclarecimento.

Vou usar agora a figura de esclarecimento, embora o Sr. Deputado Fernando Lopes tenha persistido na obsessão de me chamar desonesto.

O meu esclarecimento é para dizer que o Sr. Deputado Fernando Lopes não tem razão na medida em que o meu raciocínio se limitou sempre, sempre e sempre à análise dum modelo que existe e da proposta que estamos a analisar.

O que eu digo, e porventura o Sr. Deputado Fernando Lopes não percebeu, é que se por acaso entende que o valor é suficiente ou excessivo ou o que entenda, mas que não precisa de alteração, então que proponha, para ser completamente honesto, que na letra da lei fique uma formulação corresponda a esse entendimento, que não é a formulação que está neste momento.

É isto que eu lhe coloco e o desafio que lhe deixo, com a devolução, e sem nenhum pedido de desculpas, das indelicadezas que o senhor me dirigiu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas um pequeno reparo em relação às taxas portuárias.

Qualquer grupo desportivo pode perfeitamente socorrer-se duma agência de viagens e elas têm uma percentagem que é dada pela SATA. A SATA faz um determinado preço e as agências de viagens podem fazer outro preço.

A realidade é esta.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Não vá por aí, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para continuar a prestar esclarecimentos e reafirmar aquilo que disse.

Nós estamos, de facto, perante dois modelos. Isso é claro e esses modelos tiveram uma vida útil durante um período, até serem substituídos pelo modelo actualmente em vigor. Podem-se inventar outros, mas são estes dois que a experiência histórica nos diz.

Um dos modelos, que é o modelo das despesas, obriga a apresentação de comprovativos, obriga a montar todo um aparelho de verificação desses comprovativos, ou seja, é um modelo claramente burocrático e despesista em termos de recursos da Administração Pública.

Entendeu a Administração Pública, numa determinada altura, substituir este modelo por outro e livremente fixou valores de acordo com os seus parceiros. É este modelo que está actualmente em vigor.

A pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Herberto Rosa tem toda a legitimidade.

Será que os montantes globais destes acordos de apoio não são suficientes? Esta é a pergunta global que deve ser feita e não aquela que agora está a ser feita de simultaneamente mantermos este modelo em vigor e também pedirmos para pagar mais esta e aquela despesa. Isso aí é pretender viver nos dois mundos, mas todos nós aqui nesta Casa temos a liberdade de defendermos com coerência um ou outro ou até outros modelos e nessa altura também devemos ter a coragem de vir aqui apresentá-los.

Agora, não se pretenda tentar confundir esta discussão e eximir-se de responsabilidades quando se defendem determinadas propostas, porque temos que ser coerentes quando defendemos determinadas propostas e temos que defendê-las até ao fim.

Era só, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, terminou agora este quase interminável debate. Assim sendo, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo CDS/PP, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 28 votos contra do PS.